

**SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA:
PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA**

Any Emanuela Sielski Iritsu (Psicóloga/Discente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD), e-mail: anysielski@gmail.com

Fred Maciel (Orientador), e-mail: fred.maciel@ies.unespar.edu.br

Fabiane Freire França (Coorientadora), e-mail: fabiane.freire@ies.unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - campus de Campo Mourão

Resumo: O presente resumo expandido tem por finalidade apresentar parte dos resultados esperados da pesquisa em desenvolvimento que tem como ponto central analisar as demandas de atendimentos psicológicos dos estudantes do Ensino Superior, durante a pandemia de COVID-19. O principal objetivo desse estudo será identificar os impactos psicológicos decorrentes da pandemia à saúde mental dos estudantes, bem como compreender aspectos emocionais e psicossociais que podem dificultar o processo de aprendizagem e desenvolvimento psicoemocional, a partir da visão dos profissionais de Psicologia. Será realizado um estudo qualiquantitativo e descritivo, com a utilização de entrevistas semiestruturadas, tendo como participantes psicólogas(os) que realizam trabalho voluntário de psicoterapia breve, através do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Os resultados esperados serão explorados através da análise de conteúdo como procedimento teórico/metodológico. Por fim, a pesquisa pretende propor reflexões acerca da saúde mental no Ensino Superior e ressaltar a importância de ações de acolhimento e escuta psicológica, sendo fundamentais para atender às dificuldades vivenciadas por universitários, apoiar o desenvolvimento acadêmico e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino Superior, Saúde Mental, Pandemia.

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (2022), o primeiro ano da pandemia de COVID-19 desencadeou aumento em 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. O resumo científico da OMS também revela um efeito da pandemia na disponibilidade de serviços de saúde mental. A partir deste levantamento, pode-se observar o quanto a pandemia e o isolamento social afetaram a saúde mental dos brasileiros. A dificuldade no acesso aos tratamentos de saúde adequados faz com que seja imprescindível que instituições de Ensino Superior ofereçam atendimento psicológico de qualidade

aos estudantes, que em muitos casos, não terão outro tipo de ajuda ou acolhimento psicoterapêutico.

Os direitos à Saúde Mental devem ser garantidos por parte do Estado, embora na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) não conste especificamente a temática psicológica. Ainda assim, é possível interpretar alguns artigos como garantidores de direitos à saúde mental. Elenca-se como exemplo o Artigo 25º, em que consta acerca de toda pessoa ter direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários (ONU, 1948).

A Constituição Federal de 1988 explica acerca de direitos sociais no Artigo 6º, sendo eles: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados. A Organização Mundial da Saúde criou o Livro de Recursos da OMS sobre Saúde Mental, Direitos Humanos e Legislação que objetiva fornecer subsídios à criação de políticas públicas relacionadas à saúde mental e direitos humanos, e enfatiza que “de acordo com os objetivos da Carta das Nações Unidas (ONU) e acordos internacionais, uma base fundamental para a legislação de saúde mental são os direitos humanos” (OMS, 2005).

Segundo Margareth Prado (2017), embora não haja especificações acerca das questões psicológicas, tendo por base uma visão mais integral da saúde, é necessário incluirmos nas nossas reflexões, debates e ações, o caráter psicológico dos direitos humanos. Compreender a saúde mental dos estudantes é tarefa para a Psicologia da Educação, pois entende-se que interferências negativas quanto à saúde mental do aluno podem ser responsáveis pela falta de eficácia no processo de aprendizagem. A finalidade da Psicologia da Educação é sensibilizar e capacitar para uma prática pedagógica orientada pela relação interdisciplinar entre psicologia e educação, incluindo aspectos históricos e intelectuais que conduzam para novas perspectivas transformadoras e inclusivas.

Materiais e métodos

A pesquisa a ser realizada terá como campo de estudo a saúde mental dos estudantes do Ensino Superior, a partir das perspectivas de profissionais de

Psicologia Clínica que realizam serviço de orientação e escuta psicológica com a técnica da psicoterapia breve a estudantes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), que solicitam atendimento psicológico por demanda espontânea, através do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH). Para tanto, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas, tendo como participantes as psicólogas e psicólogos que realizam atendimentos psicológicos, com objetivo de conhecer as demandas e queixas dos estudantes. Será realizado levantamento acerca do perfil dos profissionais de Psicologia que realizam atendimentos psicológicos aos estudantes, com vistas a conhecer a especificidade e a qualidade do serviço prestado que é realizado de maneira voluntária pelos profissionais. Os resultados esperados serão explorados através da análise de conteúdo como procedimento teórico/metodológico. A fundamentação teórica apresentará como base um diálogo entre saúde mental, psicologia e sua interdisciplinaridade com educação e direitos humanos.

Resultados e Discussão

Pretende-se com este trabalho de pesquisa, partindo da visão dos profissionais de Psicologia, realizar levantamento das principais queixas dos estudantes com vistas a compor um índice gráfico para visualizar com exatidão a repetição e relevância das demandas trabalhadas. Por fim, objetiva-se propor reflexões acerca da saúde mental no Ensino Superior e ressaltar a importância de ações de acolhimento e escuta psicológica que se mostram fundamentais para atender às dificuldades vivenciadas por universitários, apoiar o desenvolvimento acadêmico e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Considerações finais

Considerando que a pesquisa a ser realizada está em sua fase inicial, ou seja, trata-se de um projeto, não obteve-se resultados, porém, um dos objetivos possíveis visa ressaltar a importância de serviços gratuitos de assistência psicológica a estudantes universitários. É conhecida a dificuldade de muitos estudantes em permanecerem na universidade, seja por motivos financeiros e sociais, e/ou situações que envolvem questões de desenvolvimento, adaptação e equilíbrios emocionais. Compreende-se que os serviços gratuitos de psicologia

em saúde mental, com atendimentos clínicos e de orientação psicológica e educacional são fundamentais para o restabelecimento da condição psicológica do estudante universitário, garantindo igualdade de oportunidades, no sentido de compreender e assimilar conhecimentos, além de adquirir competências profissionais através da graduação. Dessa maneira, além de democratizar o acesso à educação, promove-se ações que garantam a permanência do estudante na instituição, valorizando sua autoestima e respeitando seus direitos fundamentais.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Fred Maciel e Fabiane Freire França, orientador e coorientadora da referida pesquisa, por contribuírem com meu processo de aprendizagem no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, da Universidade Estadual do Paraná - PPGSeD/Unespar.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASSINS, Ana Maria [et al.]. **Manual de psicologia escolar - educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora unificado, 2007.

DELGADO, Pedro Gabriel. Saúde Mental e Direitos Humanos: 10 Anos da Lei 10.216/2001. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 63, núm. 2, 2011, pp. 114-121. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229019298010.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2022.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível no site da ONU. <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>>. Acesso em: 30 maio 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Livro de Recursos da OMS Sobre Saúde Mental, Direitos Humanos e Legislação**. Suécia: Michelle Funk, 2005.

257 páginas. Disponível em:

<https://www.who.int/mental_health/policy/Livroderecursosrevisao_FINAL.pdf>.

Acesso em: 30 maio 2022.

OPAS - **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>>. Acesso em: 30 maio

2022.

Prado, Margareth Simone Marques. **Psicologia da educação**. Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017.